

A NOVA DILMA E O VELHO PT: DISCUTINDO A RELAÇÃO

Pedro Floriano Ribeiro
Universidade Federal de São Carlos
✉ pfribeiro@ufscar.br

Resumo: O segundo governo Dilma se inicia com uma sensação de cansaço que é típica de períodos finais de mandato. Frente ao cenário adverso, a presidente parece apostar em três estratégias: distanciar-se do PT e de seu padrinho político, construir um ministério de compromisso, e revolver as propostas de plebiscito e reforma política. Na luta pelo controle do processo sucessório de 2018, o PT pode tanto ajudar como prejudicar a presidente reeleita. Se a avidez por permanecer instalado nos gabinetes acarpetados de Brasília falar mais alto, levando o partido a minar um governo que ainda pode chamar de seu, estará dando um tiro no próprio pé, ao fazer metade do trabalho que caberia à oposição.

Palavras-chave: Dilma Rousseff; PT; governo Dilma; reforma política

Abstract: The second government of Dilma starts with a feeling of tiredness that is typical of the final period in office. Against the adverse scenario, the president seems to bet on three strategies: to distance itself from the PT and its political godfather, build a ministry of commitment, and revolve the proposals for a referendum and political reform. In the struggle to control the succession process of 2018, the PT can either help or hinder the re-elected president. If the greed to remain installed in carpeted offices of Brasilia speak up, leading the party to undermine a government that can still be called their own, the party will be shooting itself in the foot by doing half of the opposition's work.

Keywords: Dilma Rousseff; PT; Dilma government; political reform

O segundo governo Dilma Rousseff se inicia com uma estranha sensação de desgaste e cansaço que é típica apenas em períodos finais de mandato. A inevitável fadiga de material após três gestões petistas; o revigoramento da oposição, com o PSDB descobrindo que há vida política distante da Avenida Paulista; a estagnação eleitoral do PT, apenas mascarada pela vitória na disputa presidencial; os percalços e armadilhas na economia; e os casos de corrupção na Petrobrás ajudam a compor um cenário muito difícil para a Presidente reeleita. Além disso, a Câmara dos Deputados baterá todos

os recordes de fragmentação, o que esticará a corda de nosso presidencialismo de coalizão, exigindo do executivo flexibilidade e habilidade de negociação que faltaram no último quadriênio. Parceiro preferencial, o PMDB promete criar muitas dificuldades nas disputas pelo comando das duas casas legislativas, principalmente por parte de algumas alas que, compostas por raposas que sentem o odor mesmo mais distante de fim de ciclo, já começam a abanar o rabo para a oposição. Bancadas religiosas e “da bala”, que já davam as cartas em muitas das Assembleias Estaduais (como São Paulo), terão um peso maior no Congresso. Figuras conservadoras mais caricatas e histriônicas tumultuarão a discussão de temas relacionados às “questões morais”. Apenas farão, dessa forma, o jogo mais sujo e visível do conservadorismo “do bem” arraigado na sociedade brasileira. Da responsabilidade social das empresas, passando pela CNBB, pelo “onguismo” e pelo “empreendedorismo social”: todos com consciência social, desde que o aborto continue sendo crime e a homofobia não. Vestidas de modernas nas redes sociais, as classes médias ilustradas poderão continuar tratando os Felicianos como excrescências, sem qualquer risco de perder o emprego no banco com responsabilidade social ou ter que deixar de visitar o padre nosso de cada domingo.

Já o PT aponta no horizonte a estratégia de “disputar os rumos do governo”, com porta-vozes de grupos internos deixando mais ou menos explícito em suas declarações que essa gestão “não nos representa”. Animados após o duelo final contra Aécio Neves, vestiram o véu um tanto puído da ingenuidade para se mostrarem surpresos com as primeiras indicações ministeriais. Não está muito claro se esses líderes e militantes que não se sentem representados deixarão seus cargos em protesto pelos rumos do segundo mandato; mas, de qualquer forma, veem em Lula a salvação para voltar aos bons tempos após 2018.

Frente ao cenário adverso, a Presidente aposta em três estratégias. Talvez a mais importante seja seu distanciamento em relação ao PT,

escancarado quando afirmou em entrevista que preside o país, e não o partido. Se o caminho já fora adotado antes por Lula em determinadas ocasiões, a lógica dilmista também tem implicado em um distanciamento em relação a seu próprio padrinho político. As escaramuças entre personagens lulistas e dilmistas foram evidentes ao longo da última campanha. Desde então elas se acentuaram, valendo até alguns acertos de contas contra os porta-vozes de um “volta Lula” mais que extemporâneo, levantado já com a campanha da reeleição em marcha. Esse movimento de Dilma vale, num primeiro momento, a busca por maior autonomia para imprimir seu estilo à nova gestão. Mais próximo a 2018, no entanto, poderá ser a chave para manter o mínimo de governabilidade em meio às agitações de seu próprio partido que, a seguir nessa toada, podem derivar para ataques e críticas abertas aos métodos e resultados dos oito anos de Dilma. Em jogo, a disputa pelo controle do processo sucessório de 2018, do qual nem Dilma nem o PT querem se ver alijados. As expectativas de que nenhum dos grandes partidos (de governo e oposição) sairá ileso das investigações sobre o esquema de corrupção na Petrobrás também estimulam a Presidente a construir essa raia de segurança.

A formação de um ministério de compromisso desponta como segunda estratégia. Se até o PT lhe é hostil, Dilma se vê justificada a rever o espaço desproporcional ocupado pelo partido na Esplanada. Com isso, poderá dividir o maná sagrado dos cargos de confiança de modo mais equitativo, agradando ao PMDB e a uma miríade de partidos que estão sendo convidados a compor o governo. A fragmentação exacerbada, se por um lado impele a mais negociações e concessões, por outro amplia o leque de coalizões possíveis. Apenas PT e PMDB são insubstituíveis; no restante, as peças se mostram intercambiáveis.

Os compromissos não são apenas com as forças no Congresso, mas também com setores específicos da sociedade. Não que tais composições não tenham sido feitas antes; mas o esforço parece maior nesse início de segundo

mandato, e os atores em jogo mais identificáveis. Armando Monteiro, ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria, terá todo o Ministério do Desenvolvimento como antessala de alguns dos lobbies mais poderosos do país. A indicação da presidente da Confederação Nacional da Agricultura, senadora Kátia Abreu, para o Ministério da Agricultura (ainda não oficializada quando do fechamento deste texto), tem forte simbolismo em relação às intenções do governo para a área e no tocante ao relacionamento pretendido com o setor do grande agronegócio. A indicação, insinuada desde antes do início da campanha, gerou muitos ruídos entre algumas alas do PT e de simpatizantes do partido. Um alienígena recém-chegado ao nosso planeta ficaria com a impressão de que os ministros anteriores de Lula-Dilma - como Wagner Rossi, Roberto Rodrigues etc. - tinham um perfil muito distinto, e que fizeram algo além do que transformar a pasta em *bunker* do agronegócio.

A nova equipe econômica - Joaquim Levy na Fazenda, Nelson Barbosa no Planejamento, e Alexandre Tombini no Banco Central -, tem o perfil ideal para “agradar” ao mercado, e logo de saída sinalizou para ajustes fiscais e combate mais rígido à inflação, mantras para os ouvidos dos investidores. Assim como na Agricultura, os nomes causaram certo furor entre os adversários de Dilma dentro do PT. Não me consta, no entanto, que a gestão da economia desde 2003 tenha sido bolivariana. Com variações de graus e intensidade pra lá e pra cá, a condução macroeconômica manteve as linhas gerais herdadas do período tucano, como o tripé formado pelas metas de inflação, superávit fiscal e câmbio flutuante. As privatizações foram parcialmente freadas e o Estado recuperou parte da capacidade perdida; mas os bilhões da dívida continuaram sendo pagos, os contratos não foram rasgados etc. Liberalismo desenvolvimentista, neodesenvolvimentismo ou o rótulo que preferirmos não esconde o fato de que os manuais econômicos sagrados continuaram os mesmos. Nesse sentido, a nova santíssima trindade de Dilma é apenas a consubstanciação invertida de Henrique Meirelles,

Messias apontado por Lula para comandar o Banco Central e acalmar os mercados em 2002-2003.

A terceira estratégia adotada por Dilma ainda ecoa as manifestações de 2013. Pesquisas realizadas durante e após os protestos foram quase unânimes em apontar os desejos de mudança entre grande parte do eleitorado - aspirações difusas e quase sempre reduzidas ao vetor negativo, no sentido de rejeitar o velho sem saber que novo colocar em seu lugar. Naquele momento, a Presidente sacou a ideia de plebiscito para levar adiante uma ampla reforma política. No discurso da vitória em outubro último, Dilma trouxe o tema de volta à baila. Com isso, pretende dar alguma satisfação àqueles sentimentos difusos, que na campanha chegaram a flertar com Marina Silva para depois chegarem à conclusão que o novo sempre pode ser pior que o velho.

Reformas políticas são difíceis, entre outras razões, porque os que devem fazê-las se sentem inseguros quanto aos resultados das novas instituições. Os atores aprendem a jogar sob determinadas regras e não têm muita certeza quanto aos efeitos de novas normas; essa incerteza pode gerar inércia. Grande parte da classe política pressiona contra uma ampla reforma nas instituições; a realização de um plebiscito, que tiraria o controle da discussão dos salões modernistas do Congresso, assusta mais ainda. Dilma sabe dessa resistência - e o vice-Presidente não a deixa esquecer - mas insiste na tese. Talvez ela esteja sendo sincera, ciente dos principais problemas que afetam nosso sistema político. Mas talvez esteja usando habilmente a estratégia mais tradicional quando não se deseja aprovar algo no Brasil: dizer que é favorável, mas que a reforma precisa ser ampla e geral, e não concentrada nos pontos mais sensíveis. Esse é o principal caminho para a manutenção do *status quo*. Para fazer a reforma, defende-se uma ampla discussão, a formação de inúmeras comissões, a realização de plebiscitos (que dependem de aprovação do Congresso) e muitos eteceteras.

De reboque, essa estratégia joga para a platéia petista, presa à antiga ideia de que plebiscitos e referendos são o caminho para jogar a pressão popular contra o legislativo, partindo da premissa de que aquela é sempre mais progressista do que este - caminho que levaria a resultados desastrosos se temas como união homoafetiva e pena de morte, por exemplo, fossem decididos na contagem dos milhões de votos do eleitorado. O tratamento de problemas pontuais como as coligações nas eleições proporcionais, as regras de acesso aos recursos públicos (fundo partidário e tempo na TV e rádio), a suplência de senador, as distorções na representação dos estados na Câmara e os mecanismos de financiamento eleitoral já promoveriam um saneamento importante no sistema político brasileiro. Embora tais medidas prescindam de um amplo e irrestrito pacote reformista, tampouco são de fácil aprovação: na medida em que tendem a prejudicar os pequenos e médios partidos, geram resistência e possíveis retaliações na votação de projetos de interesse do governo. É o Presidencialismo de Coalizão se debatendo para persistir inalterado.

De qualquer modo, outubro de 2014 parece ter marcado o nascimento de uma nova Dilma Rousseff. Sem experiência política, sem inserção no próprio partido, e sem capital eleitoral próprio, a Presidente foi refém das circunstâncias em seu primeiro mandato. No alvorecer do segundo, dá mostras de que não quer se tornar refém das agitações sucessórias. Entre correia de transmissão passiva do Planalto de um lado, e oposição íntima ao governo de outro, há muitos matizes em que o PT pode se situar, tanto ajudando como prejudicando a Presidente reeleita. Se a luta pelo controle do jogo de 2018 e a avidez por permanecer instalado nos gabinetes acarpetados de Brasília falarem mais alto, levando o partido a minar um governo que ainda pode chamar de seu, o PT estará fazendo metade do trabalho que caberia à oposição, num incômodo (ainda que inconsciente) papel de quinta coluna.